

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 2 2017

ESPECIAL: CRÍTICA FEMINISTA E ARQUEOLOGIA

ARTIGO

MISOGINIA E HOMOFOBIA COMO ELEMENTOS DE SOCIABILIDADE NA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA

Frederic M. C. Pouget*, Aline Vieira de Carvalho**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo traçar algumas considerações sobre a importância da etnografia arqueológica, da antropologia da ciência e dos estudos de gênero para compor uma prática de construção do conhecimento arqueológico mais pluralizada. Consideramos o conhecimento arqueológico como resultado não apenas do campo teórico e metodológico da disciplina, mas, também, das práticas e cotidianos dos campos arqueológicos que envolvem uma pluralidade de atores sociais.

Palavras-chave: Etnografia da Arqueologia; Estudos de Gênero; Epistemologia.

ABSTRACT

The following paper aims to set some considerations about the importance of archaeological ethnography, anthropology of science and gender studies to compose a richer construction of archaeological knowledge. We consider the archaeological knowledge as a result not only of particular theoretical and methodological framework, but also of the everyday practices of the archaeological fieldwork that embrace a plurality of social actors.

Keywords: Archaeological Ethnography; Gender Studies; Epistemology.

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM). Laboratório de Arqueologia Pública (LAP) E-mail: pouget@yahoo.com.

** Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM). Laboratório de Arqueologia Pública (LAP) E-mail: alinenepam@gmail.com.

DO CAUSO ÀS POSSIBILIDADES DA ARQUEOLOGIA

O presente texto tem como objetivo pensar as relações de gênero de forma dialógica com as práticas arqueológicas. Uma narrativa com esta proposição é, sem dúvida alguma, um ato político, que tem como objetivo pensar os silêncios e as vociferações sobre os supostos papéis de gênero. Nesse caso, entendemos que gênero compreende um complexo processo de performatividade e construção de identidades (BUTLER, 1990: 25). Tal processo é sempre subjetivo e profundamente constituído por uma complexa rede de relações culturais. Dentro desse contexto, começamos nossas reflexões com um caso vivenciado em um trabalho de campo junto a uma comunidade indígena na Amazônia¹.

Estávamos em uma pequena embarcação – um grupo de arqueólogos e um grupo de indígenas – indo verificar um possível sítio arqueológico ao longo do rio Teles Pires. Entre piadas e brincadeiras, uma certa temática começou a chamar a atenção. Várias das piadas contadas pelos nossos companheiros nativos eram sobre “viados”, “bichas”, “biscates” etc. Em algum momento, perguntamos por que eles somente contavam piadas sobre essas situações estereotipadas e a resposta foi intrigante: “é a piada que branco gosta de ouvir”. Esta resposta nos levou a observar outras situações de trabalho de campo, laboratórios, salas de aulas, departamentos, entre outras inúmeras instâncias próprias da produção de conhecimento arqueológico. Nesses diferentes espaços, que se constituem de forma consonante com discursos vigentes na sociedade ocidental contemporânea (condutas machistas e homofóbicas, por exemplo), é possível observar etnograficamente² um padrão de comportamento na criação de empatia entre arqueólogos, auxiliares de campo, grupos locais etc. Questões de gênero, racialização, posições de poder, todos esses poderosos temas são articulados neste jogo narrativo da prática arqueológica.

Uma questão que podemos produzir no cerne das reflexões sobre a teoria e a prática da ciência arqueológica e por que – apesar de nossa suposta lucidez da arbitrariedade dos papéis sociais – ainda reproduzimos e alimentamos esses discursos articuladores de gênero, poder e raça de forma heterométrica, hierarquizada e nociva. É bastante evidente que apenas recentemente esses temas começaram a ser objeto de reflexão em nossas práticas de produção de conhecimento e de sentidos pelo histórico de lutas políticas sobre igualdade de sexo, primeiramente, e, depois, sobre as discussões de gênero (RAGO, 1998:3). A naturalização de como esses aspectos de sociabilidade eram e são ainda tratados nos causa espanto e são reflexos do nosso tempo, de tensões ideológicas, de práticas científicas e de truculências políticas que reverberam no nosso cotidiano.

ETNOGRAFIA DA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA E QUESTÕES DE GÊNERO

A perspectiva sociológica da prática arqueológica começou a ser configurada há cerca de sessenta anos, em um sintético artigo do antropólogo norte-americano Louis Dupree (1955). Ele sugere que é possível abordar um grupo de trabalho arqueológico como sendo um objeto sociológico, já que esse grupo se torna também um pequeno grupo social. A formação desse grupo social se dá, em especial, pelo contexto de

¹ Preferimos, propositalmente, omitir alguns detalhes de identificação étnica, para evitar a criação de rótulos que poderiam levar a uma má interpretação sobre o propósito da reflexão ou, ainda, da exposição dos interlocutores no campo etnográfico.

² O trabalho etnográfico pode ser conferido na dissertação de mestrado “Práticas Arqueológicas e Alteridades Indígenas” (POUGET, 2010) e na tese de doutorado “Além da Cerveja Quilmes: arqueologia, etnicidade e história cultural no noroeste Argentino” (POUGET, 2015).

trabalho do arqueólogo³. Não há dúvidas de que o termo “trabalho” se configura como central nas análises de Dupree. Para o antropólogo, esse grupo, composto por trabalhadores contratados, auxiliares técnicos e, inclusive, pelo arqueólogo, passa um caráter artificial de sociabilidade, no sentido de um trabalho em conjunto a uma sociabilidade compartilhada no estabelecimento de regras construídas ao longo do trabalho de campo. Nesse grupo, o arqueólogo assume um duplo papel: de técnico executor de determinadas tarefas e de cientista social leitor e agente do universo material. Por essas características assumidas pelo arqueólogo e pelo grupo social no qual se insere, Louis Dupree propõe o estudo comparativo sobre a interatividade da prática arqueológica em diferentes contextos de pesquisa. A sugestão de Dupree, de que os arqueólogos possam ter um papel de observadores sociológicos e que as equipes de escavação possam ser constituídas como objeto de observação etnográfica, coloca em foco um importante problema metodológico de caráter reflexivo, que consiste em pensar criticamente a própria prática científica. Durante o predomínio da Nova Arqueologia no cenário internacional (TRIGGER, 2004), em especial, entre a década de 1970 e início dos anos 1980, a ênfase na objetividade científica desencorajou a continuação dessa abordagem etnográfica da ciência arqueológica, com exceção de alguns trabalhos como o de Mary Sellar e Kent Flannery sobre a comunidade arqueológica (EDGEWORTH, 2006). A volta de uma perspectiva de análise socioantropológica da arqueologia, nos anos 1990, aparece, ao mesmo tempo, de formas diferentes em variados lugares do mundo: nos trabalhos de Matt Edgeworth (1991), por exemplo, que fez uma etnografia de uma escavação de um cemitério da Idade do Bronze no leste da Inglaterra e observa a construção do dado arqueológico não somente como registro empírico, mas na própria cotidianidade da escavação e, em especial, nos “atos de descoberta” (p. 25). Aparece também nas investigações de Blythe Roverland, em 1991-1992, que é, ao mesmo tempo, coordenadora de campo e etnógrafa em uma escavação paleolítica em Piennworthmoor, Alemanha. Além disso, podemos citar o trabalho da arqueóloga feminista Joan Gero e do antropólogo linguista Charles Goodwin, que, em 1992, realizaram etnografia de uma pesquisa arqueológica na Argentina, no sítio Arroyo Seco 2, escavado por Gustavo Politis. Posteriormente, os trabalhos de Gero tornaram-se emblemáticos para as discussões pós-processuais sobre gênero na arqueologia por defenderem que existe uma relação pautada nas questões de gênero e na construção do dado arqueológico, especialmente durante a etapa de campo. Goodwin, por outro lado, focou sua investigação na análise linguística sobre a formação de termos comuns na sociabilidade cultural como, por exemplo, aqueles termos presentes nos discursos sobre a transmissão do *métier* de um arqueólogo experiente para um novato (EDGEWORTH, 2006; GERO, 1994; 1993; 1991; GOODWIN, 2006). Por fim, é digno de nota a publicação da *Society of America Archaeology*, um especial pautado na temática *queer* e a arqueologia, onde são explorados alguns aspectos etnográficos não só no campo em si, mas na academia americana de modo geral: *Towards an Inclusive Queer Archaeology, SAA Archaeological Record, 16/2016*

No Brasil, a primeira iniciativa de observação socioantropológica do trabalho arqueológico pode ser encontrada nos trabalhos de Aldeides Oliveira, Chistiane Machado, Cintia Magalhães, Maria Angela Alvaro, Mauro Barreto, Paulo Mello e Rui

³ O presente artigo tem como premissa a discussão das relações entre gênero e arqueologia. Estas discussões caminham tanto para os questionamentos sobre as leituras que fazemos do mundo material (RIBEIRO, 2017: 20) quanto da própria constituição do campo científico como sendo essencialmente/naturalmente masculino. Destacamos que o antropólogo norte-americano Dupree, inserido em contextos histórico-culturais bastante específicos, narra do grupo social formado no interior da prática arqueológica como sendo masculino. Mantemos aqui o original do autor, mas destacamos a questão narrativa que reforça o atrelar da ciência em questão como simbolicamente masculina. Para outras questões sobre gênero e linguística, ler: Ostermann & Fontana, 2010: 17.

Murrieta (1988). Em um artigo bastante paradigmático, o conjunto de autores procura identificar os agentes sociais envolvidos em uma escavação e as problemáticas decorrentes da interação destes agentes. Tal trabalho foi uma iniciativa louvável no cenário acadêmico brasileiro. Iniciativas próximas à proposta de uma avaliação reflexiva sobre nossas práticas podem ser encontradas em textos que tratam de arqueologia pública (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003; SCHANN, 2006, 2007; GREEN *et al.*, 2003; FERNANDES, 2008), ou, ainda na linha da arqueologia comunitária, como o artigo de Lesley Fordred Green, David R. Green e Eduardo Góes Neves (2003), que traz os Palikur para a reflexão arqueológica, forçando a qualificação de aspectos éticos, epistemológicos e práticos.

De acordo com a perspectiva do antropólogo Quetzil Castañeda (2008), a arqueologia etnográfica é concebida não como o uso de um método subordinado aos objetivos da interpretação arqueológica sobre o passado, mas, ao contrário, como uma integração profunda do processo etnográfico com o fazer arqueológico. Essa integração altera o caráter da arqueologia, e, nesse contexto, a própria antropologia passa de um instrumento de pesquisa etnoarqueológico para qualificar a relação da arqueologia com as partes envolvidas no processo de construção do conhecimento. Desse modo, a arqueologia passa a ser um sujeito etnográfico (POUGET, 2010). Isso significa que o projeto arqueológico é o agente dos processos envolvidos em campo e responde, de forma reflexiva, às atividades desenvolvidas, à interação com outros atores sociais ou instituições e aos contextos sócio-políticos. Nesse viés, marcadores racistas, misóginos e homofóbicos não são anulados na prática da produção do conhecimento arqueológico e, evidentemente, servem como um retroalimentador desses próprios atores sociais, instituições etc. A indissociabilidade entre a ciência e a sociedade como um todo, já defendida por Boaventura de Souza Santos (2005: 7), torna-se ainda mais evidente com a reflexão socioetnográfica sobre o próprio fazer arqueológico.

Estando essas relações tão destacadas, como seria possível pensar em um aspecto qualitativo nas problemáticas levantadas pelo *caso* mencionado no início do artigo? E, principalmente, quais seriam os novos deveres éticos ao fazê-lo e combatê-lo? Para esboçarmos algumas respostas, é imperativo retomar algumas referências sobre a antropologia da ciência.

ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA

A partir do final dos anos de 1970, a produção do conhecimento científico em diferentes áreas das ciências humanas foi profundamente marcada pelos embates entre escolas processuais e pós-processuais, modernas e pós-modernas, para mencionar alguns campos. Ao mesmo tempo em que se colocava em xeque a percepção das relações entre textos e contextos e os limites (ou não) da língua como um artefato, importantes trabalhos foram desenvolvidos no estudo social do conhecimento científico. Para estes estudos, não se tratava apenas de compreender a epistemologia das leituras de mundo (teorias), mas também as relações sociais e, portanto, políticas, que se associavam a essas teorias. O cientista não poderia mais ser compreendido como isolado em sua “Torre de Marfim”, longe dos problemas mundanos, como retratado por Charles Augustin Sainre-Beuve, em 1837. Na defesa dessa nova percepção de ciência, as obras de Bruno Latour e Steve Woolgar (1997, originalmente publicado em 1979), Karin Knorr-Cetina (1981) e Pierre Bourdieu (1974, 1984) impactaram não apenas no campo da Antropologia, mas começaram a exercer grande influência em outras áreas de conhecimento social. Clifford Geertz, em *Local Knowledge* (1983), foi um dos pioneiros no escopo dessa nova disciplina, a “Etnografia da Ciência” especialmente no capítulo “*The way we think now: Towards an Ethnography of Modern Thought*”. O caráter provocativo

do texto não está somente na ironia de tomar a todos nós – alunos, professores, pesquisadores e acadêmicos em geral – como nativos, organizados em comunidades tão fechadas (ou quase), como também na ironia de torna-se “o outro”, e, por fim, em destacar as relações entre o ser e o conhecer. Ou seja, mesmo os discursos fragmentados da moderna academia são mais do que posições privilegiadas da observação intelectual, “são modos de estar no mundo” (CLIFFORD GEERTZ, 1983: 155). Esse estar no mundo é visto como princípio fundamental em qualquer trabalho de cunho antropológico e até mesmo arqueológico. Assim, Geertz demonstra a etnografia do pensamento como um empreendimento múltiplo, ou seja, “histórico, sociológico, comparativo, interpretativo, qualquer coisa como um corpo a corpo, cuja finalidade é tornar inteligíveis questões obscuras provendo-lhes de um contexto esclarecedor” (1983: 152) a, desse modo, concentra-se mais nos processos de pensamento do que no produto.

Bruno Latour (1994, 2000, 2005), neste sentido, qualifica a etnografia da ciência (e talvez até o próprio método etnográfico de pesquisa) a fim de refletir a respeito de uma abordagem simétrica, um aprofundamento sobre o fazer científico e a própria dinâmica de formação de um coletivo (humano e/ou não-humano). Assim, as ontologias primordiais, caras às ciências modernas, inclusive à arqueologia, estão baseadas em dualismos como passado/presente, sujeito/objeto, macho/fêmea, significado/significante, representação/representado. Vale lembrar que a relação sujeito/objeto é a pedra fundamental com a qual se constrói a arqueologia enquanto ciência e é também o ponto comum que perpassa os diversos campos intelectuais que a compõem enquanto disciplina (arqueologia histórica, etnoarqueologia, arqueologia crítica e arqueologia pré-histórica).

Essas ramificações da abordagem da equação sujeito/objeto, dadas por pesquisadores especializados e por uma multiplicidade de teorias arqueológicas, podem ser agrupadas em duas propostas teóricas: processual e pós-processual (conferir, por exemplo, HODDER, 2000, 2001; MESKELL & PREUCEL, 2004; TILLEY, 1993; VANPOOL & VANPOOL, 2003).

Portanto, por mais que se amadureça a disciplina, por mais que se fragmentem e se especializem as abordagens, estaremos sempre submersos na circularidade desses dualismos ontológicos (LATOURE, 1994; WEBMOOR, 2007; HARAWAY, 2003; STENGERS, 2002; POUGET 2010). Seriam esses dualismos, então, os catalisadores constantes nos discursos de criação de diferenças entre nós e os outros? Entre o socialmente aceito e reproduzido como marcadores de diferenças (macho/viado ou macho/fêmea) evidenciados na perspectiva indígena como “piada de branco”?

O ESTRANHAMENTO DO OLHAR E UMA OUTRA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O que as teorias de gênero e os movimentos feministas têm defendido arduamente, e que pode nos servir como ponto de reflexão para o presente e para o futuro, é que a sociedade merece leituras e ações muito mais plurais e complexas do que os simples binarismos, ainda que estes persistam em orientar as práticas cotidianas da arqueologia. Ao analisar a trajetória dos estudos culturais, Stuart Hall é explícito ao afirmar que o feminismo, em meados dos anos de 1960, “chegou como um ladrão à noite, invadiu; interrompeu, fez um barulho inconveniente, aproveitou o momento, cagou na mesa dos estudos culturais” (HALL, 2006:196). Apesar da afirmação não parecer elegante, ela indica a revolução trazida por esse movimento quando pensamos todo o vasto campo da cultura, o que, sem dúvida, inclui o campo da cultura material. Entre as díades, abre-se amplos espectros que, mais do que ameaças, podem significar outras possibilidades de construir relações sociais e leituras de mundo.

Nestas perspectivas, não se pode conceber as relações sociais existentes em tempos passados (assim como no presente) como naturalizadas, pré-existent às articulações do social (BUTLER, 2003). Fazer história do gênero não significa fazer história das mulheres. Gênero, portanto, pode ser visto como categoria histórica de análise, principalmente no questionamento de conceitos dominantes. Assim, a ideia levantada aqui é que não existem categorias fixas, o sujeito é construído. Joan Scott (1995), por exemplo, fala sobre sujeito no sentido de ampliar a compreensão de mulher. Criticar o sujeito essencial não é negá-lo, é, no entanto, pensar como ele é construído e quais as consequências dessa construção sobre si.

Sujeito, portanto, é constituído e não determinado. O poder tem uma força constante em sua constituição, constituição que, não obstante, é fluida em diversos contextos históricos⁴.

Essas sinalizações, que se tornam mais imperativas em momentos de avanços conservadores no campo político, podem nos guiar para o cuidado contra reproduções naturalizadas das relações socioculturais que vivenciamos tanto na leitura da cultura material quanto em nosso exercício intelectual cotidiano. Lilia Moritz Schwarcz (2002), em uma apresentação de uma obra sobre o legado de Gilberto Freyre, afirma que os intelectuais e seus modelos muitas vezes são melhores para refletir do que para digerir e enquadrar. O intelectual da “Torre de Marfim” parece ter pouca aderência e sentido em nosso mundo contemporâneo. Desse modo, tornam-se urgentes não só leituras feministas na formação da prática arqueológica, mas, também, mudanças em nossos hábitos cotidianos, da não reprodução de contextos misóginos, homofóbicos e racistas – especialmente no fazer arqueológico. Urge que essa relação seja observada particularmente nos trabalhos junto a comunidades tradicionais, para que não sejamos parte das “piadas de branco”.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à equipe do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/Nepam/Unicamp), às comunidades com as quais trabalhamos cotidianamente, às fontes de financiamento CNPq, Fapesp, Faepex e aos pareceristas e revisores da revista que, gentilmente, fizeram as suas observações e avaliações.

⁴ Vejamos um exemplo disso em um estudo sobre o império incaico de Susane de Oliveira (2006) “Por uma história possível: O feminino e o Sagrado nos Discursos dos Cronistas e na Historiografia Sobre o Império Inca”: “Como bem atenta Judith Butler: ‘A representação é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro’ (2003: 18), ela ‘produz os sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação’ (idem: 19). Desse modo, as mulheres incas são discursivamente constituídas nas crônicas, já que produzidas em uma dada política representacional de acordo com os padrões de gênero prescritos e naturalizados nos discursos teológicos e cristãos da Europa moderna. Na historiografia as representações do feminino incaico podem construir novas possibilidades de existência para as mulheres na história ou reelaboram as representações androcêntricas anteriores construídas pelos cronistas” (OLIVEIRA, 2006: 29).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Cristiana. 1999-2000. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n.1, p. 23-51, dez., jan., fev.
- BEZERRA DE ALMEIDA, Márcia. 2003. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. *Habitus*, Goiânia, v.1, n. 2, p. 275-295, jul.-dez.
- BOURDIEU, Pierre.; LOÏC, J.D. Wacquant. 1992. *Wacquant: an invitation to reflexive sociology*. Chicago: University of Chicagou Press.
- BOURDIEU, Pierre. 1974. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. 1984. *Homo academicus*. Paris: Minuit.
- BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUTLER, Judith. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, New York: Routledge.
- CASTAÑEDA, Quetzil E. 2008. The “Ethnographic Turn” in Archaeology: Research Positioning and Reflexivity in Ethnographic Archaeologies. In: CASTAÑEDA, Q.; MATTHEWS, Christopher N.(Eds.). *Ethnographic Archaeologies: Reflections on Stakeholders and Archaeological Practices*. Lanham: Altamira Press.
- CASTAÑEDA, Quetzil E.; MATTHEWS, Christopher N. (org.). 2008. *Ethnographic Archaeologies: Reflections on Stakeholders and Archaeological Practices*. New York: Altamira Press.
- DOBRES, Marcia A.; ROBB, John E. 2000. *Agency in Archaeology*. Londres: Routledge.
- DUPREE, Louis. 1955. The artificial small group and archaeological excavation. *American Antiquity* 20 (vol. 3):271.
- EDGEWORTH, Matt. 2006. Multiple Origins, Development and Potential of Ethnographies of Archaeology. In: EDGEWORTH, Matt. *Ethnographies of Archaeological Practice*. Lanham: Altamira Press.
- EL-HAJ, Nadia Abu. 1998. Translating Truths: Nationalism, the Practice of Archaeology, and the Remaking of Past and Present in Contemporary Jerusalem. *American Ethnologist* 25 (vol. 2): p. 166-188.
- FERNANDES, Tatiana Costa. 2008. Vamos criar um sentimento: um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil. *Dissertação de mestrado*. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo.
- FOUCAULT, Michel. 2004. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FUNARI, Pedro P. A.; CARVALHO, Aline V. 2012. Gender Relations in a Maroon Community Palmares, Brazil. In: Voss, Barbara and Casella, Eleanor. (org.). *The Archaeology of Colonialism: Intimate Encounters and Sexual Effects*. New York: Cambridge University Press, p. 252 -269.
- GEERTZ, Clifford. 1983. *Local Knowledge*. Nova York: Basic Books.
- GERO, Joan M. 1994. Gender Division of Labor in the Construction of Archaeological Knowledge in the U.S.A. In: BOND, George and GILLIAN. *The Social Construction of the Past: Representation as Power*, edited by, 144-53. New York: Routledge.
- GERO, Joan M. 1985. Socio-politics and the Woman-at-Home Ideology. *American Antiquity* 50, p.342-50
- GERO, Joan M. 1993. The Social World of Prehistoric Facts: Gender and Power in Paleoindian Research. In *Women in Archaeology: A Feminist Critique*, edited by H. du Cros and L. Smith, Occasional Papers in Prehistory No. 23, 31-40. Canberra: Department of Prehistory, Australian National University.
- GERO, Joan M. 1991. “Archaeology (In)Forms.” Paper presented to the Department of Archaeology, University of Cambridge, November.
- GIDDENS, Anthony. 1993. *New Rules of Sociological Method*. Stanford: Stanford University Press.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. (Ed.). 2007. Arqueología Simétrica: Un Giro Teórico sin Revolución Paradigmática (with commentary). *Complutum*, n. 18, p. 283-319.
- GOODWIN, Charles 2006 A Linguistic anthropologist's interest in archaeological practice. In EDGEWORTH, Matt.(ed.) *Ethnographies of archaeological practice: Cultural encounters, material transformations*. Lanham, MD: AltaMira Press.p. 45-55.
- GREEN, L.F. et al. 2003. Indigenous Knowledge and Archaeological Science: The Challenges of Public Archaeology

- in the Reserva Uaçá. *Journal of Social Archaeology*. (3) 3: 365-397.
- HAMILAKIS, Y.; ANAGNOSTOPOULOS, A. 2009. What is archaeological ethnography? In: *Public Archaeology*, Vol 8, No 2-3. p - 65-87
- HALL, Stuart. 2006. *Da Diáspora*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- HARAWAY, Donna. 2003. Cyborgs to companion species: Reconfiguring kinship in technoscience. In: IHDE, D. (Ed.). *Chasing Technoscience: matrix for materiality*. Bloomington: Indiana University Press. p. 52-82.
- HODDER, Ian. 2000. Developing a Reflexive Method in Archaeology. In: _____ (Ed.). *Towards Reflexive Method in Archaeology*. p. 3-14. Cambridge: McDonald Institute.
- HODDER, Ian (Ed.). 2001. *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Polity Press.
- HOLLOWELL, Julie; NICHOLAS, George. 2008. A critical assessment of ethnography in Archaeology. In: CASTAÑEDA, Quetzil; MATTHEWS, Christopher N. (Eds.). *Ethnographic Archaeologies: Reflections on Stakeholders and Archaeological Practices*. Lanham: Altamira Press.
- HOLTORF, Cornelius. 2006. Studing Archaeological Fieldwork in the Field. In: EDGEWORTH, Matt. (org.). *Ethnographies of Archaeological Practice*. Lanham: Altamira Press, p. 81-94.
- KOJAN, David; ANGELO, Dante. 2005. Dominant narratives, social violence and the practice of bolivian archaeology. *Journal of Social Archaeology*, 5(vol. 3): p. 383-408.
- KNORR-CETINA, Karin. 1981. *The Manufacture of Knowledge*. Oxford: Pergamon Press.
- JONES, Sian. 1997. *The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the Past and Present*. Londres, Routledge.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, S. 1997. *Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34.
- LATOUR, Bruno. 2000. *Ciência em ação*. São Paulo: Unesp.
- LATOUR, Bruno. 2005. *Reassembling the social: An Introduction on Actor-Network-theory*. Oxford: Oxford Press.
- MILLION, Tara. 2005. Developing an Aboriginal archaeology: receiving gifts from White Buffalo Calf Woman. In: SMITH, Claire; WOBST, H. (Eds.). *Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice*. New York: Routledge, p. 43-55.
- MESKELL, Lynn; PREUCCEL, Robert W. (Eds.). 2004. *A Companion to Social Archaeology*. Oxford: Blackwell.
- NEVES, Eduardo Goés.; GREEN, Lesley F.; GREEN, David R. 2003. Indigenous Knowledge and Archaeological Science: The Challenges of Public Archaeology in the Reserva Uaçá. *Journal of Social Archaeology*, vol. 3, n. 3, p. 366-398.
- OLIVEIRA, Aldeides *et al.* 1988. Arqueólogos e populações ribeirinhas: uma etnografia do trabalho de campo. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Belém (vol. 15) p. 37-60.
- OLSEN, Bjørnar. 2003. Material Culture after Text: Re-Membering Things. *Norwegian Archaeological Review* 36(vol. 2), p. 87-104.
- ORTNER, Sherry B. 1984. Theory in anthropology since the sixties. *Comparative Studies in Society and History*. n. 26, p. 126-166.
- OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. 2010. *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- PEIRANO, Mariza. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- POUGET, Frederic Mario Caires. 2010. Práticas arqueológicas e alteridades indígenas. 2010. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- POUGET, Frederic Mario Caires. 2015. Além da Cerveja Quilmes: arqueologia, etnicidade e história cultural no noroeste Argentino. *Tese de Doutorado*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- PREUCCEL, Robert W. 1995. The postprocessual condition. *Journal of Archaeological Research*, N. 3.
- RAGO, Margareth. 1998. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam

- Pillar. Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, p.21-41.
- RIBEIRO, Loredana. 2017. Crítica Feminista, Arqueologia e Descolonialidade: sobre resistir na ciência. *Revista de Arqueologia*, Sociedade Brasileira de Arqueologia. vol 30, n. 01.
- SANTOS, Boaventura S. 2005. *A universidade noséculo XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez.
- SCHANN, Denise Pahl. 2006. Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura Marajoara. *Revista Arqueologia Pública*. São Paulo, n.1, p. 19-30.
- SCHANN, Denise Pahl. 2007. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. *Revista do IPHAN: Patrimônio Arqueológico – o desafio da preservação*. Brasília, n. 33, p. 109-136.
- SCOTT, Joan Wallach. 1995. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.In. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez, pp. 71-99.
- SOUZA, A. M. 1991. História da Arqueologia Brasileira. Pesquisas. São Leopoldo-RS, n. 46, p. 11- 136, (Série Antropologia).
- STENGERS, Isabelle. 2002. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34.
- STRATHERN, Marilyn. 1987. The Limits of Auto-Anthropology. In: JACKSON, Anthony. (Ed.). *Anthropology at Home*. Londres: Tavistock, p. 16-37.
- STRATHERN, Marilyn. 1988. *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press.
- STRATHERN, Marilyn. 1992. *After Nature: English Kinship in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 2002. Antropologia em terreno minado. In: *Folha de São Paulo*. +Livros. Disponível no endereço eletrônico: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1301200215.htm>>. Data de acesso: 19/09/2017.
- TILLEY, Christopher. (Ed.). 1993. *Interpretative Archaeology*. Oxford: Berg.
- TRIGGER, Bruce G. 2004. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora.
- VAN REYBROUCK, David; JACOBS, Dirk. 2006. The Mutual Constitution of Natural and Social Identities During Archaeological Fieldwork. In: *Ethnographies of Archaeological Practice*. Lanham: Altamira Press.
- VANPOOL, Christine S.; VANPOOL, Todd L. (Eds.). 2003. *Essential Tensions in Archaeological Method and Theory*. Salt Lake City: University of Utah Press.
- WEBMOOR, Timothy. 2007a. Un giro más tras el “giro social”: El principio de la simetría en arqueología. GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (Ed.). *Arqueología Simétrica. Un Giro Teorico sin Revolucion Paradigmática*. *Complutum* 18, p. 296-304.